



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DE 21 DE MARÇO 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 1709/2016

“Concede revisão geral anual - art. 37, X, da CF - aos vencimentos dos servidores, aos proventos e as pensões dos aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como concede aumento real aos vencimentos dos servidores, aos proventos e as pensões dos aposentados e pensionistas que especifica, além de dar outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BOA VISTA/RS**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, torna público que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e Promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do art. 37 da Constituição Federal, é concedida, nos termos da Lei Municipal nº 548/2001 alterada pela Lei Municipal nº 1.068/2009, que “*Fixa data para revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos e subsídios*” e Lei Municipal 803/2005 que “*Fixa o Índice para Revisão Geral e Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais*”, com vigência a partir do dia 1º de março de 2016, pela aplicação do índice de **11,08% (Onze vírgula zero oito por cento)** sobre os vencimentos e os subsídios dos servidores do Poder Executivo, incluídos os contratados temporariamente, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal exceto:

- a) aos contratados pelo Programa Estação Juventude contratados nos termos da Lei Municipal nº 1472/2014;
- b) aos Secretários Municipais;
- c) aos contratados por emprego público de Visitadores do Programa Primeira Infância Melhor, contratados nos termos da Lei Municipal nº 1.132;
- d) aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados nos termos da Lei Municipal nº 981;
- e) aos Conselheiros Tutelares nomeados nos termos da Lei Municipal nº 919;

Parágrafo Único. A revisão geral anual de que trata o caput, é extensivo aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao art. 40, § 8.º, da Constituição Federal.

Art. 2º. Além do índice de revisão geral, de que trata o art. 1.º, é concedido aumento real, com vigência a partir do dia 1º de março de 2016, pela aplicação do índice de **0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento)** sobre os vencimentos e os subsídios dos servidores do Poder Executivo, incluídos os contratados temporariamente, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, exceto:

- a) aos contratados pelo Programa Estação Juventude contratados nos termos da Lei Municipal nº 1472/2014;
- b) aos Secretários Municipais;
- c) aos contratados por emprego público de Visitadores do Programa Primeira Infância Melhor, contratados nos termos da Lei Municipal nº 1.132;
- d) aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados nos termos da Lei Municipal nº 981;
- e) aos Conselheiros Tutelares nomeados nos termos da Lei Municipal nº 919;
- f) aos aposentados e pensionistas não detentores do direito à paridade.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 3º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BOA VISTA/RS, AOS 21 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.

MÁRCIO THUMS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra:

VILSON ANTÔNIO COLLI

Vice-Prefeito Municipal